

## Refugiados: nas Fronteiras da Identidade

**Maria Teresa Tito de Morais Mendes**

Conselho Português para os Refugiados

---

Perante o desafio colocado pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), proponho-me reflectir sobre identidade ou identidades dos refugiados. Creio que não existe nenhuma dúvida quanto à existência de não apenas uma, mas várias identidades nos refugiados.

Vivemos numa época caracterizada pela circulação de informação, na qual a interacção entre os factores económicos, sociais e culturais proporcionam novas experiências, alteram os nossos padrões de consumo, conduzindo, inevitavelmente, à produção de novas identidades. Naturalmente que este fenómeno não afecta apenas os refugiados, mas toda uma sociedade globalizada e em movimento. Para sobreviverem, as pessoas necessitam de criar estratégias pessoais para poderem acompanhar a rapidez da informação e do conhecimento, de forma a ser possível responderem eficazmente às exigências das sociedades actuais, sob pena de, caso falhem, serem excluídas destas dinâmicas. As estratégias são novas identidades.

Perante esta realidade, constata-se que as pessoas são agregados de diferentes identidades devido à multiplicidade de papéis que, diariamente, têm que desempenhar e que corresponder.

Mas agora reflectamos sobre a condição de refugiado. Olhando para a sua definição, produzida pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, um refugiado é toda a pessoa que por causa de um temor bem fundado de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política se encontra fora do seu país de origem e que, por causa desses temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo. Esta é a dramática situação em que vivem milhões de homens e mulheres compelidos a deixar a pátria, a família, os bens, em busca de protecção, da salvação da própria vida e de refúgio noutros países que não os seus.

Assim, para além da esperada multiplicidade de papéis dos refugiados, pai ou mãe, filho, trabalhador, amigo, entre muitos outros, adicione-se o de perseguido, fugitivo, angustiado por ter sido obrigado a deixar a sua terra, traumatizado pelas características violentas dessa separação.

A existência dos refugiados passa por três fases distintas facilmente reconhecidas na prática do trabalho com este grupo. A primeira fase, “*Tornar-se refugiado*”, consiste no período no qual a ameaça e as perseguições de várias ordens constroem a vida de uma pessoa. Nesta fase, há a decisão de se tornar refugiado e, conseqüentemente, a aquisição de uma nova condição social e política; a segunda fase da existência dos refugiados, “*Ser-se refugiado*”, é o processo de fuga para um lugar seguro que pode passar por um campo de refugiados e as experiências decorrentes dessa situação; por último, o acolhimento e a reinstalação num outro país – a fase da “*Transformação da identidade de refugiado*”.

Ao chegarem a um país de acolhimento, os refugiados iniciam uma nova etapa das suas vidas, que consiste na necessidade de compreenderem a sociedade onde residem. É necessário assimilar uma nova língua, um novo sistema de crenças e valores, uma nova cultura e para uma integração eficaz na sociedade de acolhimento, os refugiados podem prescindir de alguns aspectos da sua cultura de origem em prol da nova, mas nem sempre o fazem. Iniciam, assim, o processo de transformação da sua identidade.

Os choques culturais produzidos pelo facto de serem refugiados podem, por um lado - se os refugiados mantiverem a sua identidade -, reforçar a sua identidade de grupo, como

refere Hannah Arendt, ou facilitar a assimilação dos diferentes hábitos e valores dos países de origem.

Voltando à reflexão de Hannah Arendt, no seu famoso artigo de 1943, *'We refugees'*, refere que os refugiados, que perderam todos os seus direitos, deixam de querer ser assimilados a qualquer custo por uma identidade nacional e que para poderem contemplar, de forma lúcida, a sua condição recebem, em troca de alguma impopularidade, uma vantagem inestimável. Se conservarem a sua própria identidade podem contribuir para o progresso do seu povo.

Porém, a minha prática de trabalho com esta população permite-me constatar, em primeiro lugar, que a experiência de vida dos refugiados é de tal forma traumatizante que a socialização, com outras pessoas e entidades, facilita a sua integração.

Por outro lado, as comunidades de refugiados, em Portugal, são relativamente pequenas e bastantes diversas, não havendo uma origem mais predominante que outras.

Porém, ao assumir a sua identidade, os refugiados enfrentam, em muitos países, a exclusão, a xenofobia e outras formas de discriminação. A adaptação a todos estes factores e a transposição destas fronteiras são tarefas complexas que acarretam profundas consequências para a sua identidade pessoal.

A Europa, enquanto sociedade de acolhimento, tem que proporcionar aos refugiados, requerentes de asilo e exilados, políticas verdadeiramente inclusivas, que promovam a diversidade. Uma sociedade que vê a diversidade cultural como um património comum, que deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras<sup>(1)</sup>, deverá reconhecer e valorizar estas diferenças culturais.

Assim, o desafio que se impõe à União Europeia consiste no desenvolvimento de uma perspectiva democrática transcultural para as políticas para a diversidade, respeitando as identidades de cada um e cada uma. É fundamental envolver os refugiados e os diversos sectores da sociedade civil na determinação das políticas públicas de defesa e promoção da diversidade cultural.

Importa sensibilizar a população em geral para as vantagens da diversidade e de políticas públicas que favoreçam a inclusão de todos, a bem de uma sociedade mais solidária e mais justa.

---

(1) Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, artigo 1º.